



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Cidades - territórios africanos e afrodiaspóricos: reflexões críticas sobre a colonialidade do saber¹

Murad Jorge Mussi Vaz

DEAAU/UTFPR, MALOCA/UNILA, DALE/UFBA

Ana Sophia Daufenbach Pryplotsky

DEAAU/UTFPR

ST-06: Cidade, história e identidade cultural

Resumo. São múltiplas as camadas de invisibilização que concernem às contribuições africanas e afrodiaspóricas na conformação das arquiteturas, territórios e cidades brasileiras. Esta assertiva constitui-se em crítica ao racismo estrutural, constituinte do cerne de nosso país, que se transversaliza e intersecciona em múltiplas dimensões, incluindo aquelas concernentes às contribuições técnicas, espaciais e territoriais. Curitiba, é exemplar na construção de uma narrativa eurocentrada que oblitera a contribuição das populações negras. Destarte, apresentamos aqui discussões que buscam reconstruir as heranças e interfaces contemporâneas, tensionado, a partir das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão universitárias, as múltiplas lacunas quando tratamos de arquiteturas e cidades. Para tanto, apresentamos abordagens no ensino, como inserção de conteúdos e trocas interinstitucionais entre Brasil e Moçambique; na dimensão da pesquisa, através de revisão bibliográfica e contatos com grupos que trabalham na temática e na extensão, através de debates de textos sobre o campo. Indo além, o artigo apresenta uma breve análise da constituição urbana de Maputo-MOZ, a partir de um trabalho realizado entre IES de Moçambique e Brasil, desde 2018, ampliando olhares e perspectivas rumo a diálogos do Sul Global capazes de produzir as necessárias abordagens teóricas, metodológicas e epistemológicas para compreender nossas espacializações e territorialidades.

Palavras-chave: Maputo; racismo; herança afrobrasileira; arquitetura; ensino-pesquisa-extensão.

Cities - African and Afrodiasporic territories: critical reflections on the coloniality of knowledge

Abstract. There are multiple layers of invisibilization that concern the African and Afro-Brazilian contributions in the formation of Brazilian architecture, territories and cities. This assertion is a criticism of the structural racism at the core of our country, which is transversal and intersects in multiple dimensions, including those concerning technical, spatial and territorial contributions. Curitiba is exemplary in the construction of a Eurocentric narrative that obliterates the contribution of black populations. We present here discussions that seek to reconstruct the contemporary heritages and interfaces, tensing, from the dimensions of university teaching, research and extension, the multiple gaps when dealing with architectures and cities. To this end, we present approaches in teaching, such as content insertion and inter-institutional exchanges between Brazil and Mozambique; in the dimension of research, through literature review and contacts with groups working on the subject and in extension, through debates on texts about the field. Going beyond, the article presents a brief analysis of the urban constitution of Maputo-MOZ, from a work carried out between HEIs from Mozambique and Brazil, since 2018, expanding looks and perspectives towards dialogues of the Global

¹ Atualmente a pesquisa conta com o apoio de uma bolsa do Programa de bolsas de iniciação científica (PIBIC) e de iniciação de desenvolvimento tecnológico (PIBIT) - UTFPR.

South capable of producing the necessary theoretical, methodological and epistemological approaches to understand our spatializations and territorialities.

Keywords: Maputo; racism; Afro-Brazilian heritage; architecture; teaching-research-extension.

Ciudades - Territorios africanos y afrodiaspóricos: reflexiones críticas sobre la colonialidad del saber

Resumen. *Existen múltiples capas de invisibilización que conciernen a las afrodiaspóricas en la configuración de la arquitectura, los territorios y las ciudades brasileñas. Esta afirmación es una crítica al racismo estructural en el seno de nuestro país, que se entrecruza en múltiples dimensiones, incluidas las relativas a las aportaciones técnicas, espaciales y territoriales. Curitiba es ejemplar en la construcción de una narrativa eurocéntrica que oblitera la contribución de las poblaciones negras. Presentamos aquí discusiones que buscan reconstruir las herencias e interfaces contemporáneas, desde las dimensiones de la enseñanza, investigación y extensión, las múltiples dimensiones al tratar de arquitecturas y ciudades. Presentamos enfoques en la enseñanza, como la inserción de contenidos y los intercambios interinstitucionales entre Brasil y Mozambique; en la dimensión de la investigación, a través de la revisión de literatura y contactos con grupos que trabajan en el tema y en la extensión, a través de debates acerca del campo. El artículo presenta un breve análisis de la constitución urbana de Maputo-MOZ, a partir de un trabajo entre IES de Mozambique y Brasil, desde 2018, ampliando miradas y perspectivas hacia diálogos del Sur Global capaces de producir los abordajes teóricos, metodológicos y epistemológicos para comprender nuestras espacializaciones y territorialidades.*

Palabras clave: Maputo; racismo; patrimonio afrobrasileño; arquitectura; enseñanza-investigación-extensión.

1. Introdução

É importante destacar que as populações africanas sub-saarianas não foram responsáveis somente pela ocupação efetiva do território brasileiro e pela mão-de-obra, eles marcaram e marcam, de forma irreversível, a nossa formação social, tecnológica, demográfica e cultural que, ao longo desses séculos, foi preservada e recriada, mesmo com as políticas contrárias do sistema. Vários setores da população brasileira contemporânea são vítimas de discriminação e preconceitos de toda a ordem. Entre os tipos de discriminação, a étnica, que atinge particularmente o contingente de ascendência africana no país, é sem dúvida a de maior extensão social e territorial, devido à grande expressão demográfica. (ANJOS, 2010, p. 15)

Abrimos nossa reflexão a partir da constatação de Rafael dos Anjos, somada à assertiva de Fernando Lara (2020, p.09) que “Nossas cidades são desenhadas para excluir e para esquecer.” Ambas as citações condensam, em poucas palavras, múltiplas dimensões que atravessam e constituem os processos de urbanização e de consolidação de territórios no Brasil. Estamos falando de uma estrutura de pensamento calcada no patriarcado, heteronormativo, racista, moderno/colonial, que se baseia em “[...] ideias e visões de mundo que, apresentadas como universais, em verdade auxiliaram na manutenção da hegemonia do Norte Global e no atendimento aos interesses de poder de uma minoria branca, masculina, heterossexual, burguesa e urbana (MOASSAB, NAME, 2020, p.13), desta forma se perpetuando sobre corpos, sujeitos e se espacializa e se consolida. Neste sentido, urge discutir, pesquisar, aprofundar e trazer ao debate as múltiplas camadas de obliteração das contribuições afrodiaspóricas¹ que compreendem a conformação de territórios, espaços e arquiteturas no Brasil na senda já aberta por diversas pesquisadoras e pesquisadores, (RAMOS, 2020; OLIVEIRA, 2016; RAMOS; CUNHA JUNIOR, 2008; VELAME, 2019, 2022; SANTOS, 2012), retomando e reconhecendo desde contribuições técnicas às contribuições epistêmicas e ontológicas. Indo além, é premente que se interconectem contextos, saberes e sujeitos do chamado Sul Global, para que possam, através de experiências e conhecimentos, contribuir e colaborar com uma produção teórica espacial consistente e efetivamente aplicada a suas próprias conjunturas, rompendo com a lógica da colonialidade do saber. Catherine Walsh, a partir do conceito de Quijano (1999) define:

[...] *la colonialidad del saber*, entendida como la represión de otras formas de producción del conocimiento (que no sean blancas, europeas y “científicas”), elevando una perspectiva eurocéntrica del conocimiento y negando el legado intelectual de los pueblos indígenas y negros, reduciéndolos como primitivos a partir de la categoría básica y natural de raza. (WALSH, 2005, p.19).

Com base nos apontamentos acima, apresentamos aqui um conjunto de ações que se desdobram em três eixos principais: (1) a partir das questões que versam sobre cidades, arquiteturas e territorializações, em trocas que vêm sendo efetuadas entre instituições brasileiras e moçambicanas através de atividades acadêmicas; (2) a partir dos componentes curriculares de ensino, particularmente da história das arquiteturas e cidades, através da busca por conhecimento advindos de uma outra linha histórica, que compreende uma abordagem mais ampla e sensível; (3) aproximando aos territórios que se constituíram e se constituem em Curitiba que, historicamente, têm invisibilizado a presença e as contribuições da população negra na capital paranaense. Essas ações, tanto em campo teórico-epistemológico, quanto da práxis que apresentamos, contribuem para a ampliação das possibilidades de perguntas e caminhos metodológicos e teóricos a serem percorridos.

Estes eixos desvelam múltiplas dimensões e intersecções que conformam, através de uma trajetória espaço-temporal-social, as cidades (e demais territorializações) brasileiras, no caso do presente artigo incluindo também a capital paranaense, iniciando um trabalho de pesquisa sobre a sua parte "outra" criada pelas comunidades negras. Historicamente, as contribuições de populações africanas e afro-brasileiras têm sido obliteradas nos mais variados campos de produção de saber, incluindo arquitetura, urbanismo e território, não só em âmbito curitibano, mas nacional como um todo, ainda que haja diferentes reflexões críticas e avanços (conforme autores e autoras citadas neste texto, e outros). Constitui-se, assim, num problema de pesquisa efetivo a ser enfrentado. Essa lacuna se dá desde a dimensão teórica, epistemológica, ontológica e metodológica na área científica de arquitetura e urbanismo iniciando-se nas próprias escolas de ensino superior (RAMOS, 2020; MOASSAB, 2019; MOASSAB; NAME, 2020; PENA, 2019). Deste modo, temos aqui dois objetivos centrais, que se somam para enfrentar a colonialidade do saber: (1) trazer iniciativas e ações para discussão, apresentando nossas reflexões; (2) pesquisar e trazer ao escopo de arquiteturas e cidades as contribuições de populações negras, seus percursos e territórios em Curitiba, para o curso de arquitetura e urbanismo. Para o primeiro, um conjunto de ações de pesquisa, ensino e extensão são apresentados, compreendendo várias metodologias conforme a atividade desenvolvida através das relações que temos desenvolvido entre Moçambique e Brasil. Para o segundo, através de consultas a fontes secundárias, dados, mapas, fotografias, desenhos e referências bibliográficas, e, indo além, dados primários através de entrevistas e levantamentos em lugares variados, desde centros religiosos até outras instituições (a etapa de campo está fase inicial). Pretendemos dar continuidade a esse debate, que vem se desenvolvendo a partir de outras áreas de conhecimento, por dentro da arquitetura e do urbanismo, em âmbito investigativo e exploratório.

Esse repto dá conta de dois conjuntos maiores de questões: (1) Quais são as contribuições arquitetônicas, técnicas, epistemológicas, territoriais, simbólicas, culturais e espaciais das populações afro-brasileiras para a conformação da cidade de Curitiba? (2) Como a troca com demais contextos do Sul Global pode contribuir para o enfrentamento à colonialidade do saber e, em última instância, do ser? Conforme Maria Estela Ramos (2020, p. 158) , “[...] um campo fértil se descortina para a arquitetura e urbanismo a partir do habitar de um amplo público de comunidades de favelas, comunidades de terreiros, comunidades quilombolas, nações indígenas, grupos ciganos, [...]”. Visamos assim, trazer um contributo para a compreensão das especificidades do Sul Global, em especial do Brasil, em nossas formações socioculturais que se espacializam sob diversas formas.

Reconhecemos uma necessidade constante e atenta, de uma revisão crítica e profunda da relação entre colonialidade, cidades e arquiteturas, amparadas pela constatação de Maria Estela Ramos

acima citada. Indo além, Fábio Velame (2019) parte de Bernard Rudofsky (1964) e de seu próprio longo e aprofundado trabalho de pesquisa, para problematizar as classificações dadas às arquiteturas “produzidas sem projeto global” (VELAME, 2019, p.23) e indicando que “[...] a arquitetura não admite representações generalistas e denominações homogeneizantes. Não há cultura erudita (dominante), e cultura popular (subcultura), o que existe na imanência é a Cultura, em outras palavras, culturas distintas, diversas, diferentes.” (idem). Rumamos então para um vínculo estreito entre decolonialidade, cidades, arquiteturas e o ensino acadêmico.

2. Decolonialidade, cidades, arquiteturas e ensino

Neste item trazemos alguns dos referenciais teóricos que têm balizado nossos trabalhos, vinculando-se ao tripé universitário ensino, pesquisa e extensão. Ainda que de maneira sucinta apresentamos algumas ações que vêm sendo realizadas desde 2018 entre Brasil e Moçambique, corroborando com uma troca de conhecimentos e de aprendizagens compartilhadas, revelando como, a partir da dimensão prático-sensível, permite-se discutir dogmas e paradigmas, tensionando conceitos e noções.

2.1. Reflexões de abertura.

Estudar o ambiente construído das Américas é lidar com uma contradição inerente. Enquanto as nossas disciplinas de arquitetura, desenho urbano, paisagismo e planejamento compartilham a crença fundamental no espaço como formador de sociedades, a esmagadora maioria do nosso conhecimento vem de outro continente. (LARA, 2020, p. 07).

A contradição acima apresentada pelo professor Fernando Lara encerra em si, uma multiplicidade de questionamentos a serem enfrentados quando falamos de cidades e arquiteturas do Sul Global, seja na América Latina, Caribe e África. Afinal, tratamos de ambientes que sofreram fortes e continuados processos de colonização, os quais, entre muitas dimensões, contribuíram para um epistemicídio de proporções enormes. Esse epistemicídio (SANTOS, 1998, p.208; CARNEIRO, 2005) é fruto de dimensões, constituintes, estruturadas e estruturantes da modernidadeⁱⁱ-colonialidade, que se transversalizam no patriarcado, heteronormativossexual, branco, capitalista, neo liberal (DELGADO; RUIZ, 2021, p. 103)ⁱⁱⁱ, constituído no Norte Global mas que se perpetua, mimetiza, reproduz, reitera e reifica também no Sul Global.

Tratamos aqui, portanto, de estruturas de dominação de diversas matrizes que encontram na ideia de raça, classe e gênero uma justificação radical para sua manutenção. Essas estruturas são transversais tanto à práxis como às teorias espaciais, consolidando-se em formas de pensar, conceber e, projetar e construir arquiteturas e espaços para a vida, constituindo-se, inclusive, em arcabouços que balizam as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão^{iv}, quanto tratamos de arquitetura e urbanismo. Sobre raça, Quijano (1999) nos explica que foi o instrumento de dominação mais eficaz já criado até os dias de hoje, constituindo-se como base para a crítica decolonial. Assim, o giro decolonial tem tensionado a modernidade-colonialidade em suas múltiplas dimensões (GROSFOGUEL, 2006; DUSSEL, 2005), como o atual paradigma em que vivemos. Desta forma e, através do choque brutal que origina múltiplas narrativas a partir da invasão das Américas foram se constituindo dominações ontológicas sobre os diversos seres que se estruturam e operam sobre linhas abissais (SANTOS, 2007) e que definem zonas de ser e das zonas do não-ser (SANTOS, 2007; FANON, 2020). Essas linhas abissais cujos contornos e fronteiras vêm se ajustando e se adaptando, perpetuando-se de variadas formas. Destarte, uma linha civilizatória foi traçada, numa visão cronológica de tempo x civilização, que coloca a suposta civilização europeia como modelo civilizatório universal, sem no entanto, tecer uma crítica

consistente de como a ideia de Europa foi forjada (DUSSEL,2005). Deste modo, foram ressignificadas e hierarquizadas as demais formações socioculturais e espaciais de outros povos do planeta, constituindo-se em um verdadeiro epistemicídio (SANTOS, 2007; CARNEIRO, 2005).

Assim sendo, nos parece necessário, para discutirmos questões sobre cidades, histórias e identidades culturais, que nossas reflexões, aqui, partam de um outro lugar do acima descrito, do pressuposto de que a história da arquitetura e do urbanismo emerge a partir desta narrativa descrita. Assim, ao nos debruçarmos sobre a literatura que trata dos campos da arquitetura e do urbanismo, dos cânones que vêm balizando tanto a prática quanto sua teorização crítica observamos que, historicamente, a disciplina é constituída a partir de uma linha cronológica supostamente universal e neutra, baseada em modelos europeus e posteriormente, também estadunidenses (LARA, 2020; MOASSAB; NAME, 2020; RAMOS, 2020; PENA, 2019).

Portanto, em uma das dimensões que concerne à colonialidade do saber, perfaz a urgência de discutir as questões urbanas, arquitetônicas e espaciais a partir de outra perspectiva histórica, ressignificando, aprofundando e, em muitos casos, contradizendo as narrativas oficiais. Essa possibilidade está assente sobre a própria necessidade de conceitos e noções mais efetivos, que em nosso caso, têm surgido a partir da práxis e do intercâmbio com outros contextos. Seguem abaixo algumas experiências que temos desenvolvido no sentido de, não só ampliar o espectro da ação, mas e, sobretudo, constituir-se em base para produção de saber.

2.2. Das experiências, trocas e aprendizagens

O primeiro conjunto de experiências condiz com a discussão sobre os conteúdos que vêm sendo ministrados nas cadeiras de história da arquitetura e do urbanismo. Perfaz uma conexão necessária com o olhar para outros contextos do Sul Global, amparando-se em pesquisa sobre autores e autoras que se debruçam sobre contribuições africanas para o planeta como um todo, e afro diaspóricas e afrobrasileiras na constituição de nossos territórios e cidades. Ainda há um longo percurso a ser trilhado, mas a alteração de perspectiva, para a pesquisa histórica aplicada ao ensino, revela possibilidades de reconhecimento de outras conformações socioespaciais igualmente válidas, ampliando os léxicos até então utilizados e contribuindo para que teorias sejam revisadas, na senda aberta por diversas pesquisadoras e pesquisadores (VELAME, 2019, 2022; DELGADO; RUIZ, 2021; RAMOS; CUNHA JUNIOR, 2018; CUNHA JUNIOR, 2021; MOASSAB; NAME, 2020, RAMOS, 2020;PENA, 2019, etc). Constitui-se também em possibilidades de caminhos práticos e em aberto para o pensar urbano (e regional) no significado amplo de se “[...] imaginar um mundo no qual muitos mundos podem co-existir” (MIGNOLO, 2008, 297). Indo além, essa abordagem, na dimensão da pesquisa, que se desdobra para a dimensão do ensino, permite o tensionamento da narrativa histórica eurocentrada referencial, constituída social e culturalmente, para uma perspectiva crítica consolidada sobre a histórica violência de gênero e racial, ampliando o debate para além da luta de classes. Nessa senda, Henrique Cunha Junior (2021, p. 81) nos convida a refletir sobre “perspectivas que propõem a interpretação da sociedade brasileira a partir da realidade do Brasil e não da adaptação dos conceitos da realidade da história europeia mimetizados nas explicações universalistas sobre a sociedade brasileira.”

Em pleno século XXI, as representações da cidade e da arquitetura continuam operando em acordo com a racionalidade colonial e colonizadora da modernidade, baseada em critérios hegemônicos de saber e de desenvolvimento. A Arquitetura e o Urbanismo, áreas do conhecimento na interface entre cultura e ciência, sob os auspícios da modernidade, têm sido instrumentalizados como vetores de imposição dos valores simbólicos dominantes.(BERTH; MOASSAB, 2020, p.163)

Conteúdos vinculados às cidades, territórios e arquiteturas da América Latina, da África e da Ásia constituem a compreensão de diacronicidade e sincronicidade sobre os movimentos históricos e

os processos socioeconômicos e culturais que se espacializam e se espacializaram ao longo do tempo. Indo além, nos permitem compreender as complexidades e contradições inerentes aos territórios, anteriores ao colonialismo, mas que continuam presentes e constituindo-se em práticas socioespaciais. Em artigo (VAZ *et al*, 2021) tivemos a chance de discutir os desafios para se repensar conceitos e categorias, como cidades, territórios e lugares com base em estudos sobre Maputo-MOZ. Temos inserido tais conteúdos nas disciplinas de história e teoria que ministramos junto ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da UTFPR, em trabalho já iniciado a partir da UFFS. A história, as arquiteturas e as territorializações da América Latina, da África e da Ásia recriam outras narrativas históricas e rompem com os discursos sobre técnicas, materiais e formas, conformado pelas dimensões da colonialidade. Indo além, trocas entre professores de projeto e urbanismo, brasileiros e moçambicanos, através de aulas on-line, têm permitido um acompanhamento e participação de aulas da Universidade UniTiva-MOZ^v, num duplo aprendizado entre Brasil e Moçambique. As colaborações, nesta âmbito da graduação, corroboram para uma trocas de Sul para Sul, despertando nas e nos estudantes possibilidades e caminhos

Na intenção de compreender outras formas de conceber e construir cidades, a segunda estratégia aqui apresentada versa sobre intercâmbios de conhecimento, saberes e experiência com Moçambique^{vi}. Esse trabalho, aprofundado em outras publicações (VAZ *et al*, 2021), remete às diversas camadas de colonização a partir do ser, do saber e do poder, que se constitui e materializa em outros contextos de colonização. Esta cidade é emblemática, se partirmos de uma leitura dual feita sobre o espaço urbano, quando originalmente, se constitui sobre uma base colonial portuguesa, ortogonal e planificada e territórios de apropriação pela população nativa, nas quais se confrontavam e enfrentavam outras formas culturais e simbólicas de se conceber espaço com questões de precarização da vida humana (fig 01). Atualmente, muito mais complexa e densa, com intersecções de diversas ordens, Maputo revela, em suas periferias, estratégias de insurgência, emergência nas quais, entre outras formas tradicionais como as machambas-hortas (fig. 02) são ressignificadas aproximando ruralidade-urbanidade em outras formas de constituir-se em bairros e territórios urbanos. A história e as práticas de machambas (hortas tradicionais) acompanha a história da capital moçambicana, ressignificando-se conforme o passar do tempo, mas constituindo estratégia necessária para sobrevivência e manutenção cultural.

Essa dimensão perpassa um elemento central para discutirmos não somente a história de Maputo, mas a própria forma como temos repensado nossas formas de saber urbano. É fundamental nos atentarmos para a dominação exercida pelas noções e categorias ocidentais, que não conseguem explicar outras realidades:

Na história africana a cidade apareceu várias vezes, mas ao contrário do caso da história da Europa, não foi a única expressão da evolução da sociedade. Uma ligação profunda entre o mundo rural e o mundo urbano teve uma influência marcante sobre as características das cidades africanas antigas, ligação que ainda pode ser identificada nas cidades da África Contemporânea. (BRUSCHI, 2001, p. 06)

De cidade plural e diversa, a narrativa única de cidade, parafraseando Chimamanda Adichie (2019), com imensas periferias precárias, vem sendo enfrentada, revelando que se por um lado grandes são os abismos socioeconômicos e infraestruturais, por outro, referências socioculturais espacializadas em lugares e territórios enfrentam os padrões de colonialidade que continuam operando. Tal constatação revela o quanto as cidades do Sul Global têm a contribuir para um pensamento urbano complexo e contemporâneo, ressignificando a relação entre história (diferenciando-se de narrativas hegemônicas), cidade(e) e identidade(s). A partir de Maputo, temos discutido que há múltiplas maneiras de se constituir urbano, espacializar, produzir e conceber espaços, lugares e apropriações (fig. 03).

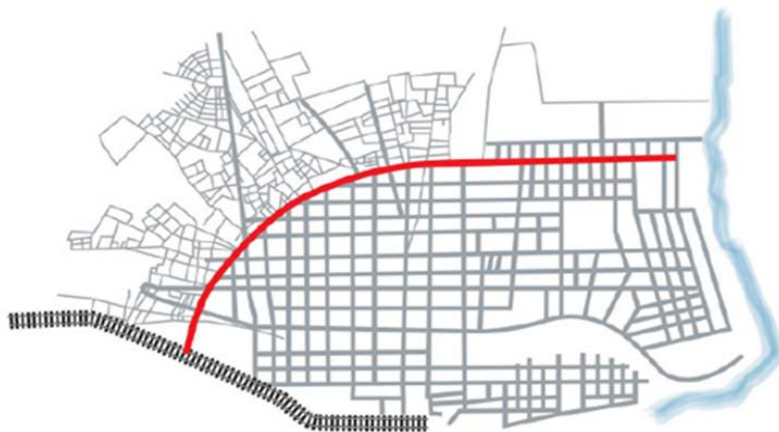


Figura 1. Delimitação da Estrada da Circunvalação (em vermelho), Maputo (então Lourenço Marques), que separava colonizadores e população local.(Fonte: VAZ et al, 2021)



Figura 2. As machambas como práticas socioculturais e de sobrevivência. (Fonte: acervo pessoal)
Figura 3. Mercados e comércio em áreas vazias e interstícios.(Fonte: acervo pessoal)

No que concerne às ações, no campo das atividades extensionistas, temos debatido temas e textos concernentes à produção de cidades e arquitetura, com estudantes brasileiros e moçambicanos, a partir de autores e autoras da América Latina, África e Europa. As trocas de referências têm sido constantes e as reflexões compartilhadas nos mostram como um referencial norte centrado (ainda que importante) não permite uma compreensão efetiva de nossos contextos, muito menos possíveis caminhos teóricos ou práticos. Há muito a se compartilhar e aprender a partir deste diálogos, que são oriundos de contextos diferentes, Brasil e Moçambique, transversalizados por intercâmbios e trocas de saberes. Tal perspectiva engloba múltiplos exercícios de reflexão e de produção de conhecimentos e constituídos vínculos, permitindo que se compreendam as urgências, ausências e emergências das cidades e do urbano, outras formas de enfrentar a segregação e as desigualdades, em direção à “diversidade epistemológica do mundo” preconizada por Boaventura de Sousa Santos (2007, p.85).

As assertivas acima abrem perspectivas necessárias e ainda exploratórias sobre estudar as cidades e assentamentos nos mais variados contextos, sem ser sob a égide de noções e conceitos que estruturam nossas teorias urbanas. Sandro Bruschi (2001), em sua obra *Campos e cidades na África antiga*, reescreve a história do continente, mas confrontado “duas tendências” principais que ele identificou nas narrativas que vinham se consolidando sobre o continente. Neste sentido,

tanto a tipificação de assentamentos isolados, incluindo as ideias de “casa”, baseada em termos tecnológicos e formais, oblitera os sistemas culturais complexos que constituíram cidades africanas; quanto à ideia de cidade africana como a grande representatividade do processo histórico e das formas de assentamentos africanos, em processo “alheio à colonização”, e não considerando as relações campo cidade e as culturas locais (BRUSCHI, 2001, p. VIII). Desta forma, em provocação feita por Andreia Moassab, não seria esse o caso também das cidades latino-americanas? Estamos, portanto, frente a um processo profundo, radical, de reconstrução não somente das narrativas históricas, mas e, sobretudo, de novas possibilidades epistemológicas e metodológicas de compreendermos estas relações, também a partir de nossas cidades.

Os apontamentos acima e nossas trocas efetivas com Moçambique nos levaram a tensionar a própria realidade que nos cerca. Como repensar a cidade na qual habitamos e que se constitui também sobre múltiplas invisibilizações? Assim sendo, com o avançar de nossas atividades, percebemos a baixa produção teórica (ou baixa visibilização), nos campos da arquitetura e do urbanismo, sobre territórios afrobrasileiros da capital paranaense, sede atual de nosso trabalho. Suas influências na construção da capital curitibana vem sendo levantada por autores e autoras da história, do direito, das ciências sociais, entre outros, mas ainda precisamos avançar nos campos da arquitetura e do urbanismo. Assim, o próximo item se debruça uma pesquisa que visa contribuir, ainda que sumariamente, com essa questão, na senda já aberta pelo trabalho de outras pesquisadoras e pesquisadores^{vii}.

3. O esboço da pesquisa: Curitiba- africanidades e espacializações.

Na senda aberta pelas ações, questionamentos e referenciais acima descritos, neste item apresentamos uma pesquisa, em fase inicial, e que acontece em paralelo às ações vinculadas às atividades com Moçambique, que busca compreender a trajetória da população negra em Curitiba, suas lutas, contribuições, e legados para o pensar urbano e arquitetônico. Compreender os territórios que se constituíram no Brasil, a partir de conhecimentos e técnicas advindas da África, nos permite um outro olhar para as relações socioculturais espacializadas (RAMOS; CUNHA JUNIOR, 2008; VELAME, 2022, ANJOS, 2010). De suas lutas, resistências e emergências, além das ausências nos discursos e ações oficiais, observamos um movimento que se reitera rumo à consolidação de um debate qualificado sobre a contribuição na conformação de territórios e práticas socioespaciais e culturais, reforçando a ideia de diáspora em sentido amplo (ANJOS, 2010, p.05). Essas lutas, oriundas dos movimentos negros atravessa o racismo estrutural e estruturante de nossas relações sociais e contribui para a formação de um pensamento diverso.

Compreender a estruturação de cidades de países colonizados, com forte apelo moderno colonial, somada a discursos que preconizam uma supremacia europeia no pensamento urbano, nos revela o quão longe estamos de uma epistemologia, de conceitos e noções que dêem conta de compreendermos cidades que rompem com paradigmas não ocidentais, mesmo que no discurso oficial vigente a imagem preconizada seja outra. Aqui temos um vínculo, não de aplicação direta, mas de campo aberto para reflexões que vinculam as periferias de Maputo (aqui no caso específico, mas poderia ser algumas outras grandes cidades africanas subsarianas), ocupadas pela população local, suas formas de constituir espaços e lugares, e diversos territórios brasileiros que, inclusive, podem ser observados nas franjas urbanas de Curitiba^{viii}, resguardadas todas as diferenças e particularidades.

3.1. Do Estado à Capital: discursos e territórios

Para compreender o processo de apagamento da presença negra e das contribuições afrodiáspóricas, em Curitiba, tentamos recuperar camadas e invisibilizações constituídas historicamente. A partir do Estado do Paraná, resgatamos que a constituição da província e posteriormente do estado, encontrou na imigração a justificativa para ocupação e povoamento de áreas consideradas “vazios demográficos” a despeito das populações nativas, negras e caboclas, como demonstra Joseli Mendonça (2016), corroborando para a formação de uma identidade forjada a partir do discurso civilizatório com base na branquitude vinculada à imigração europeia: “Desde o final do século XIX, a presença dos europeus na conformação social do Paraná vem sendo também associada à conformação de uma identidade regional.” (idem, p. 224), minorando e/ou não considerando as populações indígenas, cablocas, africanas e de afrodescendentes em sua conformação^{ix}. A partir de âmbito nacional, mas com respaldo nas dimensões do estado, as histórias foram e vêm sendo produzidas, no sentido de “[...]constituir brasileiros, eliminando desse processo a multiplicidade de identidades que a compuseram, obscurecendo os conflitos a ele inerentes” (idem, p. 223). Como projeto de país que busca se consolidar:

[...], à medida que o país passava do estado imperial ao estado republicano, o Brasil assume um projeto de nação que renega a população negra, aplicando diversas frentes de atuação contrárias aos interesses desta população. Sucintamente, destacamos alguns destes fatores: no plano ideológico, colaboraram neste processo as representações sociais associadas às teorias raciais “científicas” que projetaram a construção de uma consciência nacional de inferioridade dos negros e de superioridade dos brancos. Temos, ainda, os ideais do pensamento pautado no positivismo, liberalismo e universalismo, partindo dos princípios civilizatórios eurocêntricos. (CUNHA JUNIOR, RAMOS, 2008, p.78)

No caso do Paraná, mais precisamente de Curitiba [...] elas [histórias produzidas] estiveram fortemente associadas às características da população local e ao processo histórico de sua formação, predominantemente vinculado à presença europeia. (MENDONÇA, 2016, p.223, inserção nossa)

Joseli Mendonça nos mostra como, a partir de 1960, há uma crescente recuperação tanto da presença negra, quanto da escravatura, e dos seus desdobramentos na conformação do estado e de sua capital sem, no entanto, ainda impactar de forma consistente o senso comum. Neste sentido, a construção do senso de passado, além de feita a partir de materiais didáticos, arquivos ou elementos arqueológicos, está atrelada à memória e à paisagem vivenciada (LINDGTON, 2011). No processo curitibano, nota-se como os esforços de construção de uma identidade paranaense fortaleceram no imaginário popular a ideia de “capital mais europeia do Brasil” – parafraseado Mendonça (2016), ao mesmo tempo que invisibilizaram e desvalorizaram a presença da população afro-diaspórica na formação da cidade. Tal abordagem, conforme a autora, se apoiou estrategicamente para sua consolidação em monumentos, eventos comemorativos, escolhas toponímicas, representações pictóricas, entre outros. Diante disso, também é possível levantar como o processo de territorialização das populações negras, em Curitiba, não ficou incólume frente a esse discurso, sendo influenciado tanto material quanto simbolicamente.

Contribuindo com essa temática, ao tratar da história da capital paranaense, Pessatti e Maziviero (2021), apresentam, com base na obra de Santos (2013) três grandes momentos referentes à “[...] busca por um imaginário de modernidade e de progresso, o século XX se desenvolve marcado por um processo que acarretou na invisibilização da contribuição da população negra em Curitiba” (PESSATTI; MAZIEVERO, 2021, p.2461). A primeira fase se origina com o Movimento Paranista^x, através de uma narrativa construída sobre o imigrante europeu (com seus supostos impactos positivos) e os povos indígenas originários. Ainda que no âmbito de explicitar a ótica regional exista o mérito dos esforços, cabe evidenciar que alguns equívocos foram engendrados e, assim, perpetrados, como, por exemplo, pela omissão da contribuição negra e negação de uma grande escravatura no estado, além de erroneamente consolidada a percepção de pouca documentação das marcas dessa presença (MENDONÇA, 2016). Conforme a autora, a narrativa histórica foi construída no sentido de “[...]constituir brasileiros, eliminando desse processo a multiplicidade de identidades que a compuseram, obscurecendo os conflitos a ele inerentes” (idem, p. 223).

Essa concepção se enfraquece diante da herança colonial secular, em que se relegou quase que totalmente aos escravizados (e libertos) à mão-de-obra e, dentro disso, houve o emprego de uma série de tecnologias e conhecimentos africanos que foram trazidos ao Brasil, não sendo Curitiba alheia a tal influência e participação. Múltiplas contribuições afro diaspóricas vêm sendo resgatadas também no campus do urbanismo e do pensar cidades (VELAME, 2022; ANJOS, 2010; RAMOS; CUNHA JUNIOR, 2008; MOASSAB; BERTH; HOSHINO, 2016) impactando tanto na possibilidade de uma reescrita da história, quanto, no campo da práxis, políticas públicas capazes de mitigar os estragos históricos ocasionados pelas invisibilizações e violências.

A segunda fase (PESSATI; MAZIVIERO, 2021) ocorre durante o período militar da década de 1970, concorrendo para a criação de um plano urbanístico excludente, amparado com concentração de renda e equipamentos nas áreas de mais alto poder aquisitivo, e um zoneamento capaz de restringir o acesso à moradia para algumas camadas da população. O terceiro período (na década de 1990) vincula-se manutenção de estratégia de colonialidade do saber, através das obras “Lições Curitibanas” distribuídas pela Prefeitura”. “Esse conteúdo era baseado na reprodução e consolidação de uma imagem histórica europeizada de Curitiba, com um discurso plurirracial e democrático, mas que na verdade desconsiderava a parcela preta e parda da cidade.” (idem, p. 2461).

Todos os esforços e investimentos sobre uma narrativa curitibana eurocentrada tiveram resultados persistentes, alcançando a década de 2010, ainda influente na consciência histórica dos jovens, como mostra Germinari (2010). Em pesquisa empírica com estudantes de escolas públicas, quando questionados sobre os conteúdos substantivos da história da cidade, o mais indicado se relaciona aos imigrantes (italianos, alemães, ucranianos, japoneses e eslavos), seguido pela fundação da cidade e, então, pelos pontos turísticos. O autor levanta como a apreensão do passado é marcada tanto pela escolarização, quanto pelas estratégias de discurso da cidade, que acabam por manter a participação negra obliterada.

Ampliando o debate, Fernanda Sánchez (2001) resgata dados de uma pesquisa coordenada pela Unesco, em que apontou, em Curitiba, o sentimento de mal-estar e não pertencimento entre a juventude de 14 e 20 anos. Tal percepção é permeada por raça e classe, se mostrando acentuada entre os jovens negros e de mais baixa renda. A partir disso, é possível notar uma dissonância entre os campos materiais e imateriais da cidade: enquanto se estabelece um ideário histórico-político, há uma imagem oposta que se consolida pelos espaços e vivências.

A herança da escravidão não deixou cicatrizes apenas nos corpos e espíritos. Marcas da violência colonial estão impressas na carne das cidades brasileiras e de todo o Sul geopolítico. Nesse contexto, raça, classe e gênero incidem simultaneamente para impor o lugar sociopolítico da pessoa negra. (MOASSAB; BERTH; HOSHINO, 2016, sp).

Portanto, estamos diante da construção de uma narrativa histórica que se consolida em múltiplas dimensões, desde a espacialização de territórios invisibilizados à constituição de uma suposta imagem de pertencimento atravessada por questões que se interseccionam entre racismo, gênero e segregação socioeconômica. Essa espacialização é conformada tanto por políticas públicas quanto práticas socioespaciais, não sem enfrentar resistências e emergências.

3.2. *Traços na cidade: caminhos para a pesquisa*

Conforme Gláucia Nascimento (2021) a construção histórica se enreda na distribuição da população afro-brasileira em Curitiba, na medida em que as políticas de planejamento urbano se apoiaram na invisibilização desse grupo em diversos momentos, deixando como produto o acentuamento da segregação.

Com a alteração do panorama social ao final do século XIX, anteriormente trazida, as cidades igualmente modificaram sua organização e novas medidas urbanas passaram a ser implementadas. Nesse primeiro momento, os primeiros Códigos de Posturas da Cidade impõem

concepções conservadoras e sanitistas à capital paranaense, que não são capazes de conter os primeiros focos de favelização, notados na década de 1960 (NASCIMENTO, 2021). Para consolidação de um planejamento que contemplasse “toda Curitiba”, elaborou-se o Plano Agache (1943), pelo qual não foram trazidas medidas preocupadas com a população menos favorecida, como, por exemplo, relacionadas a habitações populares. (idem, p. 9) Como mostra Benvenuti (2014), tal abordagem se mantém inalterada com as propostas seguintes, compiladas do Plano Preliminar de Urbanismo (PPU)^{xi}, entretanto, se acentua a desigualdade com a delimitação dos eixos estruturantes (fig 4), considerando que propôs a concentração e manutenção dos investimentos nessas faixas já habitadas pelas média e alta rendas.

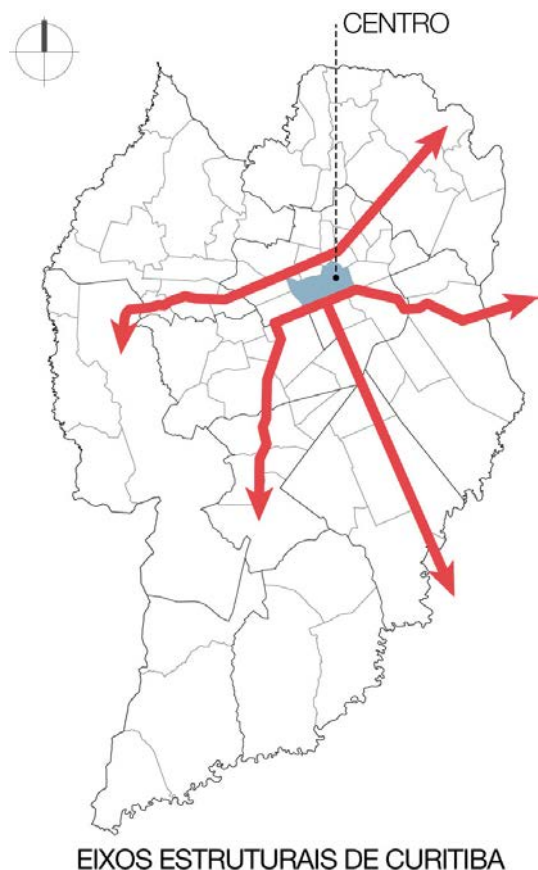


Figura 4. Proposta dos eixos estruturais (fonte: elaborado pelos autores, sobre base do IPPUC).

Neste sentido, o planejamento urbano também passa a se utilizar da construção de uma imagem da cidade, através de propagandas e símbolos, para se fortalecer e atrair investimentos (NASCIMENTO, 2021). Ao mesmo passo, a partir das estratégias de *city marketing*, o discurso construído distorce a realidade (ver Quadro 01), referenciando Curitiba como um lugar sem favelas ou problemas sociais, como o racismo, que na medida em que era omitido ou negado, se intensificava através de conflitos raciais em variadas conjunturas. Toda essa trajetória de gestão urbana estimulou a apropriação desigual da cidade de Curitiba pela população negra, ao não existir reparação pela herança colonial ou medidas de suporte e pela insistência em invisibilizar esse grupo. Percebe-se uma periferação racial do território, não sendo o fator econômico suficiente para compreensão da estruturação (NASCIMENTO, 2021).

Quadro 1. “Imagens de marca” - rótulos de três cidades, modelos de city marketing, nos anos 1990. (fonte: SANCHEZ; MOURA, 2005; SANCHEZ, 2003).

Curitiba	Cingapura	Barcelona
Cidade modelo	Cidade modelo	Cidade modelo

Cidade sustentável	Cidade sustentável	Cidade sustentável
Cidade planejada	Cidade planejada	Cidade planejada
Cidade competitiva	Cidade para negócios	Cidade competitiva
Cidade de Primeiro Mundo	<i>Global city</i>	Capital mediterrânea
Capital ecológica	Cidade jardim	Cidade turística
Capital brasileira da qualidade de vida	Cidade equatorial de excelência	Modelo de qualidade de vida
Curitiba de todas as gentes	Cidade multiétnica (<i>where the world comes together</i>)	Cidade multiétnica
Cidade saudável	Cidade de alta tecnologia	Cidade saudável
O Brasil que deu certo	<i>New Asia Singapore</i>	Centro logístico do Mediterrâneo
Capital social	Integridade, serviço e excelência	Cidade solidária

Esses rótulos subjazem à propagação de uma imagem que não condiz com a realidade vivida por grande parte da população curitibana e de sua região metropolitana. Para contraposição aos títulos que omitem ou distorcem a realidade de desigualdade, vale levantar que, conforme Anjos (2010), “as estatísticas apontam o Brasil como a segunda maior nação negra do planeta e é com relação a essa população que são computadas as estatísticas mais discriminatórias e de depreciação socioeconômica.” Neste sentido, e com base no processo histórico de conformação socioespacial curitibano, não há como se compreender o processo e as características das áreas periféricas, em Curitiba (como em grande parte do contexto nacional) se não levarmos em consideração além das questões de classe, também as questões de raça e gênero. “A periferia curitibana é pobre, negra e feminina” foi a frase proferida pela professora Maria Carolina Maziviero ao analisar as ocupações das franjas da capital curitibana^{xii}. A partir de tal assertiva, e das análises cartográficas por ela realizadas, elaboramos os mapas abaixo (fig 05), nos quais recuperamos as dimensões renda, autodeclaração de raça/cor, e gênero, acompanhando um arranjo que ampara as análises.

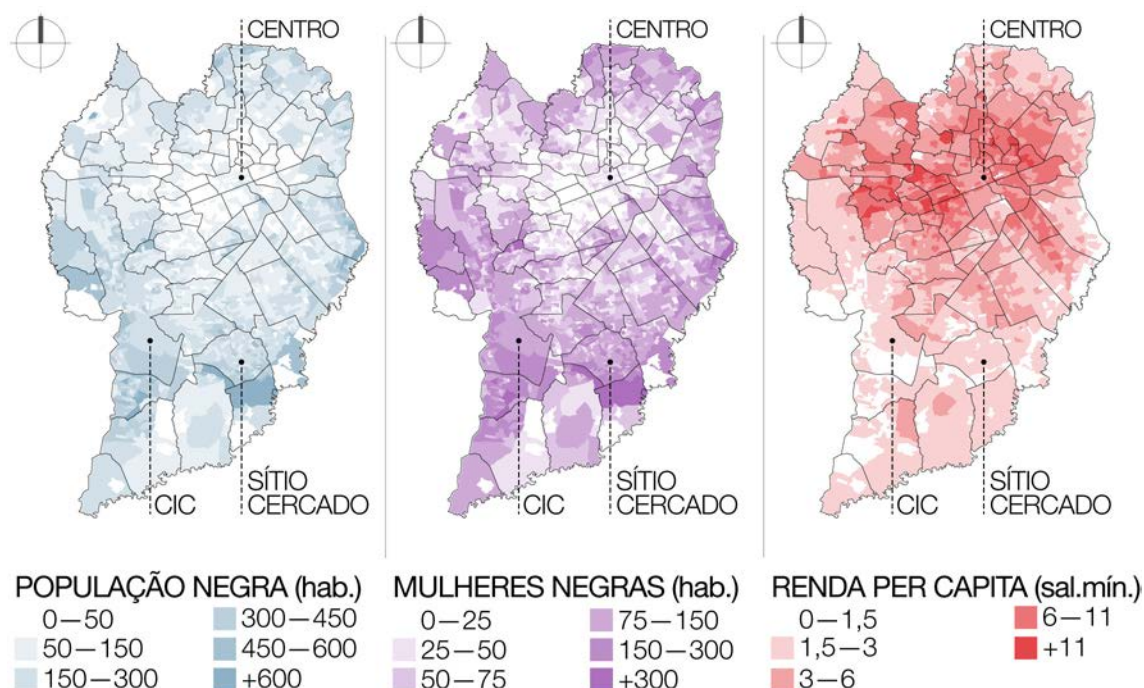


Figura 5. Mapas de autodeclaração de cor/raça, população feminina negra e renda *per capita* em Curitiba segundo dados do IBGE, 2010 (fonte: elaborado pelos autores, a partir de mapeamentos de Maria Carolina Maziviero).

Pelo material gráfico, percebemos uma tendência à concentração e coincidência entre baixa renda, populações pretas e pardas e núcleos familiares conduzidos por mulheres nas franjas urbanas. Essa constatação aponta para a urgência de pesquisa em arquitetura e urbanismo, em Curitiba, que possam reconstruir a trajetória urbanas da cidade através de outras narrativas, enfrentando a suposta neutralidade e universalidade dos planos e códigos:

O controle do conhecimento é uma peça fundamental para o controle urbano e para a repartição urbana entre os grupos sociais. As normas urbanas legalizam o espaço urbano para os grupos detentores dos conhecimentos jurídicos, construtivos, sanitários e políticos. Parte importante do que recebe o nome de conhecimento científico e por causa desse título de científico é considerado neutro, universal e correto, mesmo não sendo, controla o conhecimento que organiza os espaços urbanos; ideias são aceitas como legítimas para os códigos urbanos, por serem ideias pertencentes aos grupos sociais dominantes, brancos e eurocêntricos. (CUNHA JUNIOR, 2021, p. 76)

Na tentativa de colmatar essa lacuna e aproximar esse debate dos campos da arquitetura e do urbanismo, temos realizado um levantamento bibliográfico com catálogo de textos, dos mais variados campos de conhecimento, com o propósito de que sejam disponibilizados futuramente, a fim de recuperar a herança afro-brasileira nos campos das arquiteturas, territórios em Curitiba. Esses levantamentos bibliográficos contribuem para a desmistificação de uma escravidão vinculada somente às senzalas e às plantações, mas nos conduz a um olhar sobre a escravidão que se processava nas ruas de Curitiba, nas múltiplas funções exercidas pelos escravos de ganho, que alimentam os serviços e o comércio local (MENDONÇA, 2018, p. 23-24), criando espaços e práticas socioespaciais, com forte influência na conformação da Curitiba atual. Deste modo, estamos avançando em um mapa de autores e autoras que discutem a temática em âmbito nacional e local, num aprofundamento das técnicas afro-brasileiras em construção, e em espaços religiosos, domésticos, urbanos, paisagísticos, entre outros, e que consigam contribuir com um debate crítico sobre a Curitiba contemporânea (além de analisar criticamente sua história espacial). Assim, estão sendo realizadas buscas por espaços religiosos de matriz afro-brasileira, com mapeamento para análise de sua localização a partir dos dados acima apresentados.

Em paralelo, nos moldes também já desenvolvidos por Pessatti e Maziviero (2021), a sequência é a de visitas e levantamentos espaciais, culturais e simbólicos, em casas de religiões afro-brasileiras, para reconhecimento de como se processam essas materializações, bem como sua(s) lógica(s) de localização no espaço urbano. As autoras discutem não somente as especificidades do espaço arquitetônico em si, baseadas no terreiro de umbanda curitibano, mas trazem para a discussão a importante luta pela posse da terra, demonstrando que, historicamente as dimensões do *racismo ambiental* (para o conceito, ver BULLARD, 2004, p.42) tem incidido em áreas e populações vulneráveis socialmente.

Deste modo, através de uma busca metodológica, nos aproximamos aos Dossiê "Dicionário de Arquitetura de Terreiros: a partir do Ilê Asé Oju Ogún Funmilaiyó em Memória de Mãe Marina de Ogún" (MOASSAB; SANTOS; BASTOS, 2021) e à "Arquiteturas crioulas: os terreiros de Candomblé de Cachoeira e São Félix" (VELAME, 2022). As obras, referenciais, constituem-se numa importante proposta metodológica para o desenvolvimento de pesquisas que permitam não somente a viabilização de territórios afro-brasileiros, mas também como material a ser utilizado no ensino de escolas de arquitetura e urbanismo. Assim podemos identificar o terreiro não somente como propriedade, mas como suporte e contato entre religião e cosmogonia, atravessado por lutas e resistências. É fundamental que resgatemos novos caminhos teóricos e metodológicos, rompendo com moldes pré-estabelecidos que não conseguem compreender (ou sempre hierarquizam) outros modos de vida e suas espacializações.

Em levantamento preliminar começamos a espacializar os terreiros, a partir de cartografia elaborado pela Federação Umbandista do Estado do Paraná (fig. 8), desvelando entre muitas outras condições, a lógica de localização também como fator preponderante para a manutenção das casas. O fato de aparecerem poucos terreiros no mapa abaixo representa tanto uma dificuldade

de reconhecimento de espaços pois, muitas vezes, a intenção de que não haja uma identificação direta, dadas muitas são as violências praticadas com as sedes e praticantes desses espaços, incluindo os processos vinculados ao racismo ambiental, quanto um longo caminho ainda ser percorrido.

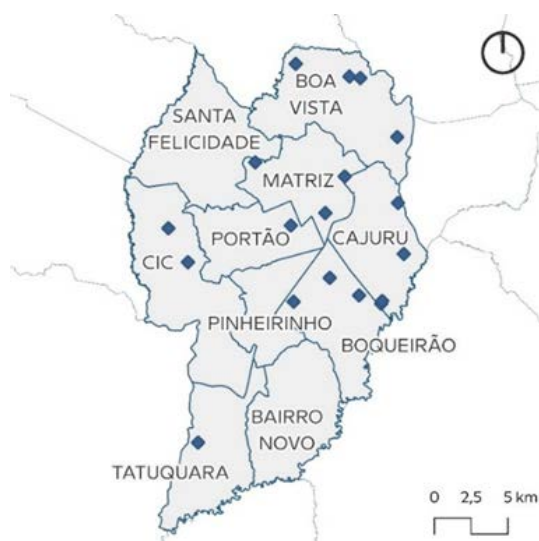


Figura 8. Mapa de terreiros de umbanda em Curitiba. (Fonte: Trabalho de equipe sobre o mapa elaborado pela Federação Umbandista do Estado do Paraná, original disponível em: <https://fuep.org.br/casas-de-umbanda-pr>)

Se cruzarmos a multiplicidade de apontamentos aqui trazidos, desde uma narrativa histórica que oblitera a participação da população afro-brasileira, a construção da cidade através de um planejamento excludente, os cruzamentos entre autodeclaração, gênero e distribuição socioeconômica, conseguimos delinear apontamentos no sentido de ausências e emergências que precisam se tornar centrais ao debate que perpassa as arquiteturas, a cidade e os territórios em Curitiba. Indo além, um estudo que se aprofunde sobre os templos de religião de matrizes africanas permite uma revisão urgente sobre a colonialidade que, entre outras dimensões, domina o saber, reiterando-se no vínculo direto entre cidades, memórias e identidades.

4. Reflexões, considerações e encaminhamentos:

Através de um aprofundamento das relações com Moçambique, especificamente com Maputo e Boane, temos nos aproximado de dimensões constitutivas de relações espaciais que conformam cidades, territórios e lugares que vão muito além daqueles que podem ser concebidos pelas lógicas moderno coloniais que regem muitas das práticas urbanísticas bem como as teorias que têm nos servido de base.

O debate transcontinental tem permitido, neste sentido, reconhecer múltiplas arquiteturas e formas de ser/estar urbanos, conforme cosmogonias que constituem espaços para a vida, nos mais variados sentidos e acepções. Essa abertura ao olhar, crítica e reflexiva, tem impactado, sobremaneira, na formulação de uma linha de pensamento sobre a dimensão do ensino, em nosso caso, de arquitetura e urbanismo, que se processa tanto em Moçambique quanto no Brasil. Através da extensão e da pesquisa, que em ambos os países há lacunas a serem colmatadas, dificuldades a serem superadas e invisibilizações a serem combatidas.

O mesmo concerne quanto ao racismo estrutural vigente e constituinte da sociedade brasileira é enfrentado também em suas dimensões espaciais. Ao observarmos nossas cidades, especificamente, Curitiba, formas outras de se conceber relações socioespaciais são negadas, marginalizadas, subalternizadas, dando continuidade a um verdadeiro epistemicídio. Desde narrativas históricas a políticas públicas, a capital paraense tem negado suas origens negras, para

construir um discurso, inicialmente de branqueamento e, posteriormente, de capital com qualidade de vida internacional (e de população “europeia”).

Ainda há um longo “caminho em aberto”, parafraseando Vicente del Rio (1990, p.117) a ser trilhado nos campos de produção teórica, epistemológica e na busca por outros métodos que dêem conta de contemplar também as dimensões da colonialidade do saber e do ensino em arquitetura e urbanismo. A pesquisa, aqui apresentada, embora em estágio inicial (em Curitiba) já demonstra rumos e perspectivas quando se debruça sobre os templos de religiões afro-brasileiros rompendo uma suposta linearidade, homogênea e universalizante, que regem tanto as teorias urbanas quanto os debates sobre arquiteturas. Enfrenta-se a colonialidade do saber com o propósito de tensionar e abrir novas possibilidades sobre os vínculos criados pelas noções de cidade, história e identidade cultural.

5. Referências Bibliográficas:

ADICHIE, Chimamanda N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

ANJOS, Rafael Sanzio A. A geografia do Brasil africano, o Congo e a Bélgica – uma aproximação. **Revi+sta Eletrônica: Tempo** - Técnica - Território, v.1, n.3 (2010), p. 1:27 ISSN: 2177-4366.

BENVENUTTI, Alexandro F. Planejamento Urbano em Curitiba: interpretações sobre a produção da cidade. In: **Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**, III, 2014, São Paulo. Disponível em: https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-CDR-005_BENVENUTTI.pdf.

BERTH, Joice; MOASSAB, Andreia. O ensino de arquitetura e a dupla invisibilidade das arquitetas negras. MOASSAB, Andreia; NAME, Leo. **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

BULLARD, Robert. Enfrentado o racismo ambiental no século XXI. ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Reulme Dumará: Fundação Ford, 2004.

BRUSCHI, Sandro. **Campo e cidade da África antiga**. Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico-UEM. Maputo: 2001

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de Doutorado em Educação - Universidade de São Paulo, 2005.

CUNHA JUNIOR, Henrique, RAMOS, Maria Estela. Territórios de maioria afrodescendente: segregação urbana, cultura e produção da pobreza da população negra nas cidades brasileiras.. In.: **Revista Desenvolvimento Social**, Montes Claros - Nº 2 - dez 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1525>.

CUNHA JUNIOR. Henrique. Bairros negros: ruptura epistêmica do pan-africanismo no Brasil. **Revista de Extensão da UNIVASF**, Petrolina, volume suplementar, n. 2, p. 71-88, 2021.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DELGADO, Yásser Farrés; RUIZ, Alberto Matarán. Rumo a uma teoria urbana transmoderna e decolonial: uma introdução. **Revista Territorial**, Cidade de Goiás, v. 10, n. 1, p. 94-117, 2021.

DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 55-70.

FANON, Frans. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

GERMINARI, Geysa D. **A história da cidade, consciência histórica e identidades de jovens escolarizados**. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

GROSGOUEL, Ramón. La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales. Transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. **Tabula Rasa** 4, 17-48, 2006.

LARA, Fernando. Prefácio: por uma teoria da arquitetura decolonizada. In.: MOASSAB, Andreia e NAME, Leo. **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

LINDGTON, Jill. O que é História Pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele R. de.; ROVAI, Marta G. de O. (orgs). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

MENDONÇA, Joseli M. N. Escravidão, africanos e afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”: identidade, memória e história pública. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 20, n. 1, pp. 218–240, 2016. DOI: 10.36449/rth.v20i1.13138. Disponível em: <https://e- revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/13138>. Acesso em: 17 nov. 2022.

MENDONÇA, Joseli M. N. Cativos em insurgência: o que os escravos da Fazenda Capão Alto podemos ainda nos dizer sobre suas e sobre o que pensamos delas. **Paraná Insurgente: histórias e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI**. MENDONÇA, Joseli, M. N.; SOUZA, Jhonatan U. (org). São Leopoldo: Cara Leiria, 2018.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, no 34, p. 287-324, 2008.

MOASSAB, Andreia. Os desafios de introduzir as categorias gênero e raça no ensino de arquitetura e urbanismo. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 2, p. 134-153, 2019.

MOASSAB, Andreia; NAME, Leo. Apresentação. MOASSAB, Andreia e NAME, Leo. **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

MOASSAB, Andreia; NAME, Leo. **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020b.

MOASSAB, Andréia; SANTOS, Maurício; RUGERI, Rugeri e BASTOS; Tiago(org). Dicionário de Arquitetura dos Terreiros de Candomblé: Verbetes. In.: MOASSAB, Andréia; SANTOS, Maurício; RUGERI, Rugeri e BASTOS; Tiago(org). **Dicionário de Arquitetura de Terreiros: a partir do Ilê Asé Oju Ogún Funmilaiyió em Memória de Mãe Marina de Ogún**. Foz do Iguaçu, vol.2.2021. Disponível em: https://issuu.com/cadernomaloca/docs/caderno_maloca_n2. Acesso: 11 set 2022.

MOASSAB, Andreia; BERTH, Joice, HOSHINO, Thiago As marcas urbanas da violência colonial. **Gazeta do Povo**, 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/as-marcas-urbanas-da-violencia-colonial-315mu8r6rx71knazvr9kk5d8m/>. Acesso: 17 dez 2022.

NASCIMENTO, Gláucia. P. de. A racialização do espaço urbano da cidade de Curitiba- PR. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 25, e24, p. 1-32, 2021. DOI: 10.5902/2236499446911. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236499446911>. Acesso em: 17 nov. 2022.

OLIVEIRA, Joana D'Arc de. **Da senzala para onde?** Negros e negras no pós-abolição em São Carlos-SP (1880-1910). Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo -Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2015.

PENA, João S. O quarto de empregada e a morte de Miguel. Dossiê Giro decolonial I: Artes visuais, arquiteturas e visualidades. **Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 1, p. 110-117, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2445>.

PESSATI, Jéssica T. K., MAZIVIERO, Maria Carolina. Dimensões espaciais das relações raciais: o caso de um terreiro umbandista no bairro Abranches em Curitiba. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, XVI., 2021, Salvador. **Anais eletrônicos**. Salvador: UFBA, 2021. p.2458 – 2479. Tema: 30 anos: atualização crítica. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Rw0U9DxulOw9FlvvWxiBX80IC0AqBaZT/view>.

QUIJANO, Aníbal. !Qué tal raza! In.: **ECUADOR DEBATE**. Quito-Ecuador, dez. 1999, n.48, p 141-151.

RAMOS, Maria Estela R. As lacunas dos estudos afro-brasileiros no ensino de Arquitetura e Urbanismo. MOASSAB, Andreia; NAME, Leo. **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

RUDOLFSKY, Bernard. *Architecture without Architects*. Connecticut. Connecticut Printers, 1964.

SÁNCHEZ, Fernanda. A Reinvenção das Cidades na Virada de Século: Agentes, Estratégias e Escalas de Ação Política. **Rev. Sociol. Polít.** Curitiba, 16, p. 31-49, jun. 2001.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2. Ed. Chapecó, SC: Argos, 2003.

SANCHEZ, Fernanda; MOURA, Rosa. Ciudades-modelo: estrategias convergentes para su difusión internacional. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 31, n. 93, p. 21-34, ago. 2005. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612005009300002&lng=es&nrm=iso

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos estudos CEBRAP, 79, p. 71-94, 2007

SANTOS, Boaventura de Sousa. **La Globalización del Derecho: los Nuevos Caminos de la Regulación y la Emancipación**. Bogotá: ILSA, Universidad Nacional de Colombia, 1998.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: DP et Alli, p. 36-67, 2012.

SANTOS, Julio Cesar Gomes. **A cidade de Curitiba e o projeto político de invisibilização da população negra**. Monografia de Especialização em Sociologia Política. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2013.

VAZ, Murad. J. M. Trocas de experiências: construindo diálogos a partir de escolas de arquitetura e urbanismo. **Seminário Salvador e Suas Cores**: UFBA, 2020.

VAZ, Murad J. M. V.; SILVA, Cila F.; BERTOLI, Daiane; RECHE, Daniella. “Maputo: citizenship, everyday life, and public space”. *African Geographical Review*, Volume 40, Issue 3: (De)constructing the Right to the City: Luanda and Maputo, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19376812.2021.1910853>.

VELAME, Fábio M. **Arquiteturas da Ventura**: os terreiros de candomblé de Cachoeira e São Félix. Tese de doutorado. UFBA, 2019. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30166>.

VELAME, Fábio M. **Arquiteturas crioulas**: os terreiros de Candomblé de Cachoeira e São Félix. Salvador: EDUFBA, 2022.

WALSH, Catherine. Introducción. In: WALSH, C. (Org.). *Pensamiento crítico y matriz colonial*. Quito:UASB-Abya Yala, 2005.

i Sobre o conceito de diáspora partimos da concepção maior que os deslocamentos dos corpos, mas de epistemologias e saberes. “É importante lembrar que o conceito geográfico de diáspora tem haver com a referência de dispersão de uma população e das suas matrizes culturais e tecnológicas.” (ANJOS, 2010, p. 05).

ii “Percebam que a minha visão de modernidade não é definida como um período histórico do qual não podemos escapar, mas sim como uma narrativa (por exemplo, a cosmologia) de um período histórico escrito por aqueles que perceberam que eles eram os reais protagonistas. “Modernidade” era o termo no qual eles espalhavam a visão heróica e triunfante da história que eles estavam ajudando a construir.”(MIGNOLO, 2008, 316)

iii Ao retomar o texto de Ramon Grosfoguel (2006), Delgado e Ruiz (2021) apresentam um conjunto de manifestações (ao todo cartorze) que versam sobre estas estruturas citadas e como estas estruturas que constituem “hierarquia epistêmica do sujeito de enunciação ocidental no sistema-mundo moderno/colonial” (DELGADO; RUIZ, 2021, p. 103). Para aprofundamento, recomendamos a leitura de Moassab e Name (2020), que também nos trazem, criticamente, essas múltiplas intersecções.

iv Andreia Moassab e Leo Name, ao organizar o livro “Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo” (MOASSAB, NAME, 2020b), reúnem uma série de autores e autoras com pensamentos radicais para repensarmos o campo e os cânones da arquitetura e do urbanismo.

v Fazemos aqui um agradecimento à prof. Daiane Bertoli, docente da UniTiva- MOZ, bem como à esta instituição pelas múltiplas trocas, parcerias e apoios.

vi Entre outros materiais, há algumas publicações em Vaz (2019), Vaz et al 2021).

vii Por ser uma pesquisa em caráter inicial, ainda há uma bibliografia a ser descoberta com relação à publicação de arquitetura e urbanismo no que concerne aos campos de contribuições afrobrasileiras em arquitetura e urbanismo no Paraná e em Curitiba. Mas tem sido fundamental a interlocução com o trabalho de Jéssica Pessati e Maria Carolina Maziviero (2021), bem como de Joseli Mendonça, da área de história (2016).

viii Rafael Sanzio dos Anjos (2010) tem um trabalho consistente sobre cartografias e migrações que demonstram inúmeras possibilidades dessa análise, em âmbito nacional, mas que serviu para nossos questionamentos vinculados à Curitiba e ao Paraná.

ix “Um dos mais destacados eventos comemorativos, realizado em 1953, ano do centenário da emancipação administrativa da província, evidencia a força com que o imaginário de um Paraná sem negros e sem escravidão verteu dos ambientes intelectuais para os espaços públicos.” (MENDONÇA, 2016, p. 225).

x O Paranismo foi resultado da preocupação, percebida na transição do século XIX para o século XX, com que contornos identitários fossem esboçados frente a série de mudanças no panorama social, devido a massiva imigração europeia e o início de uma industrialização. Dentro do movimento, teve-se como principal nome Romário Martins e, posteriormente, foi estudado e retratado por Wilson Martins. (MENDONÇA, 2016).

xi “O projeto vencedor, Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda. e Jorge Wilhelm Arquitetos Associados, colocava como proposta o crescimento linear privilegiando o desenvolvimento no eixo nordeste-sudoeste, hierarquia de vias destinadas à circulação, adensamento, policentrismo, alterações no zoneamento, espaços exclusivos para pedestres, espaços para lazer, ampliação e adequação das áreas verdes e criação de uma paisagem específica da cidade.” (BENVENUTTI, 2014)

^{xii} Em aula ministrada no componente curricular Teoria da Arquitetura – DEAAU, UTFPR, 07 de novembro de 20, a convite do prof. Murad Jorge Mussi Vaz.